

-----**ATA N.º 5/2012**-----

-----Aos 07 dias do mês de março de 2012, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----Faltou a esta reunião o Senhor Vereador João Manuel Ferreira da Silva Duarte.-----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior e coadjuvada pela Assistente Técnica, Dina Maria da Silva. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 22/02/2012**-----

-----Foi presente a ata n.º 4, da reunião ordinária do Executivo de 22/02/2012, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção do Senhor Presidente da Câmara, por não ter estado presente na referida reunião.**-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 2 e 5, do art.º 84.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro, o Senhor Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção do público, não tendo havido inscrições.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** questionou o Senhor Presidente sobre qual o ponto de situação do SAP, decorrente da reunião referida pelo Senhor Presidente na passada reunião de executivo, agendada entre o executivo e o conselho de administração da ULS da Guarda.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** respondeu que ele e o Senhor Vereador José Luís Cabral estiveram presentes numa reunião com a administração da ULS e uma vez mais manifestaram o desagrado com o encerramento do SAP de Celorico da Beira. A Presidente da administração da ULS, Dr.ª Ana Manso, ficou de analisar o assunto. Reuniram também com o Presidente da ARS Centro, Dr. José Tereso, para tentarem encontrar uma resolução. O Senhor Dr. Tereso mostrou-se muito preocupado com esta situação e revelou um franco conhecimento da realidade existente nos concelhos do interior. Solicitou a esta autarquia, a elaboração de um estudo para sanarem ou complementarem as situações provocadas pelo encerramento do SAP. O Senhor Presidente disse que depois irá trazer esse estudo para apreciação e análise do executivo, antes de ser enviado para a ARS Centro, de forma a poderem também contribuir na sua execução.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** corroborou da opinião do Senhor Presidente e disse que estavam a fazer o estudo, já pediram um contributo aos Bombeiros Voluntários para que sugerissem algumas alterações. Também solicitaram apoio à Senhora Delegada de Saúde para encontrem soluções nesta matéria. O Senhor Vereador disse que vão compilar os resultados destas reuniões e trazê-las para análise do executivo. Disse ainda, que provavelmente dentro de dois a três meses irão reunir com o Presidente da ARS Centro e nessa altura terão que levar as conclusões resultantes destas reuniões. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** gostaria de saber qual o ponto de situação, relativamente ao descoberto bancário à CGD que foi prorrogado até 31/01/2012 e questionou se foi feita alguma renovação e em que condições. -----

-----Respondendo à questão formulada, o Senhor **Vereador António Silva** disse, que foi feito o pedido de renovação do descoberto bancário porque a autarquia não tinha condições para fazer face a esta situação, mas relativamente à autorização ainda nada foi comunicado.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que, face às dúvidas por si suscitadas sobre a legalidade deste processo, questiona se este assunto não deveria ter sido levado a discussão da Assembleia Municipal. Questiona ainda, para quando está prevista a apresentação da proposta do reequilíbrio financeiro. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que todas as instituições que têm a tutela deste município já têm conhecimento da situação do descoberto bancário. Que a autarquia já deu conhecimento à DGAL, ao Tribunal de Contas e à CCDRC.-----

-----O descoberto bancário decorreu de um processo de penhoras que caíram numa conta donde eram pagos os salários e isso colocaria em risco o vencimento dos funcionários. A autarquia teve que optar por esta escolha, caso contrário isso não teria acontecido. -----

-----O Senhor Presidente disse ainda que esta autarquia tem também muitos processos pendentes, que contemplam dívidas do Estado para com esta autarquia e se essas verbas fossem transferidas poderiam minimizar o assunto. Por outro lado, as receitas em Tesouraria são reduzidas e também não davam para cobrir a verba penhorada. Não obstante isso, a Administração Central reduziu significativamente as verbas do FEF, comparativamente aos mandatos anteriores o que origina sérias dificuldades a esta autarquia para cumprir os compromissos assumidos. ----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que numa reunião anterior o Senhor Vereador Victor Santos tinha utilizado a expressão “meter na gaveta”. Esta expressão foi relativa à proposta de reequilíbrio financeiro e face a isso, terá que responder que este executivo nunca meteu nada na gaveta. Sobre essa matéria, o Senhor Vereador disse que foi solicitado à contabilidade que fizessem um balancete provisório. Referiu que está a aguardar pela conclusão desse balancete para o poder trazer a reunião de Câmara. -----

-----Relativamente ao assunto presente na última reunião de Câmara, sobre o pedido de apoio técnico para elaboração de projeto de alteração de edifício para cozinha tradicional (enchidos e pão caseiro), o Senhor **Vereador António Silva** disse, que na informação ora apresentada, a Engenheira Margarida não apresenta a solução que se pretendia. Não concorda com este documento e o que tinha sido pedido era um estudo com base no fabrico artesanal de enchidos, se podem ou não ser feitos e quais os requisitos exigidos para os confeccionar. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse, que pelas palavras do Senhor Vereador António Silva denota-se que os processos têm que ir de encontro às suas pretensões. Lembrou que, foi deliberado, que o Gabinete de Agricultura definisse alguns critérios para apoio às pequenas empresas do concelho.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que sabe o que foi deliberado na reunião e não aceita o que foi referido pelo Senhor Vereador Victor Santos de que tudo funciona em prol da sua opinião.-----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos:-

-----**DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO:**-----

-----**SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES,**-----

-----**ASSUNTO: DESTAQUE DE UMA PARCELA DE TERRENO EM LAGEOSA DO MONDEGO;**-----

-----**GABINETE DE AGRICULTURA:**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE APOIO TÉCNICO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ALTERAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA COZINHA TRADICIONAL (ENCHIDOS E PÃO CASEIRO);**-----

-----**7 - GABINETE JURÍDICO:**-----

-----**PROPOSTA DE DOIS PROTOCOLOS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CELORICO DA BEIRA;**-----

-----**DESPERTAR DO SILÊNCIO - ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DA GUARDA;**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE SUBSÍDIO.**-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----1 - **DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO** -----

-----**SECÇÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO**-----

-----**ASSUNTO: APROVAÇÃO DE PASSAGEM PARA PEÕES, ENTRE A ROTUNDA DO POSTO DE TURISMO E A RUA DOM JOÃO DE OLIVEIRA MATOS, EM CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 58/2012, datada de 13/02/2012, apresentando as plantas com indicação das passagens de peões, entre a Rotunda do Posto de Turismo e a Rua Dom João de Oliveira Matos. Faz uma chamada de atenção para as passagens de peões representadas com os números 6.1, 7, 8, 9.1 e 21 que já se encontravam aprovadas em reuniões de executivos anteriores e que constam das plantas, para que se possa verificar a distância entre elas. -----

-----Para o caso de ser aprovada a localização da passagem para peões, propõe ainda que deverão ser aprovados e colocados os respetivos sinais verticais, conforme legislação aplicável. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** sugere, que na rua que liga à Estrada de Vale de Azares seja colocada uma passadeira e sugere aos Técnicos desta Autarquia que avaliem a sua sugestão. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as passagens de peões assinaladas nas plantas, bem como, a colocação de sinais verticais nas respetivas passagens de peões, devendo os mesmos ser devidamente registados e cadastrados.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS** -----

-----**ASSUNTO: LOTEAMENTO QUINTA DOS CEDROS EM NOME DE MANUEL ALEIXO DA CRUZ**-----

-----PROCESSO N.º 1/2001, COM ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/2007-----

-----Foi presente uma informação técnica com o registo de entrada n.º 613, datada de 20/02/2012 elaborado pela Divisão de Obras Particulares e Municipais, relativa à Operação Urbanística referenciada em epígrafe, informando que as obras de urbanização não foram concluídas no prazo fixado na licença bem como na prorrogação que ocorreu nos termos da alínea d), do n.º 3, do artigo 71.º, do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, pelo que deve ser declarada pela Câmara Municipal a caducidade da licença para a realização da operação de loteamento prevista no artigo 71.º do RJUE.-----

-----Atendendo ao exposto na referida informação, a Câmara deliberou, por unanimidade: -----

-----1) No sentido de aprovar a caducidade da licença para a realização da Operação de Loteamento, com base na alínea d), do n.º 3, do artigo 71º, do Regulamento Jurídico de Urbanização e Edificação. -----

-----2) Efetuar a audiência prévia do interessado, conforme previsto no n.º 5, do artigo 71.º, do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, sendo o processo presente a uma próxima reunião do executivo para os procedimentos posteriores. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----ASSUNTO: JUNTA DE FREGUESIA DE LAGEOSA DO MONDEGO - APOIO TÉCNICO -----

-----Foi presente informação com o registo interno n.º 785, datada de 02/03/2012, referindo que a Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego solicita apoio técnico para a elaboração do projeto relativo à construção de uns balneários. -----

-----Mais informa que nos termos da alínea b), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, é competência da Câmara Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias. Também o n.º 11, do artigo 14.º, do Regulamento Municipal prevê que a Câmara Municipal delibere sobre a concessão de apoio técnico às entidades enunciadas naquele artigo, onde constam as Juntas de Freguesia (art.º 14.º, remete para art.º 7.º do RJUE). -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder apoio técnico à Junta de Freguesia da Lageosa do Mondego, para a elaboração do projeto relativo à construção dos balneários.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**2 - GABINETE JURÍDICO**-----

-----**ASSUNTO: ALFREDO RODRIGUES - PEDIDO DE DOAÇÃO**-----

-----Foi presente informação com o registo interno n.º 595, datada de 16/02/2012, referindo que o Senhor Alfredo Rodrigues, residente em Quinta do Prado em Celorico Gare, requereu ao Município a doação de uma parcela de terreno com a área de 2.349 m², a qual confronta com o seu prédio rústico e não é utilizada pelo Município. -----

-----Refere ainda a informação que são três os requisitos exigidos no art.º 940.º CC para que exista uma doação:-----

-----a) Disposição gratuita de certos bens ou direitos, ou assunção de uma dívida em benefício do donatário, ou seja, a atribuição patrimonial sem corresponsabilidades; -----

-----b) Diminuição do património do doador;-----

-----c) Espírito de liberalidade.-----

-----A atribuição patrimonial, geradora de um enriquecimento, apresenta-se correntemente nas doações sob a forma de uma transferência, do doador para o donatário, de um direito, especialmente de um direito de propriedade ou de outro direito real. -----

-----A doação pode, em princípio, ter por objeto mediato bens de qualquer natureza: móveis ou imóveis, coisas simples ou compostas, fungíveis ou não fungíveis, consumíveis ou não consumíveis, divisíveis ou indivisíveis. -----

-----Para que se conclua o processo constitutivo do contrato de doação, é necessário a aceitação do donatário. -----

-----A exigência de escritura pública para as doações de bens imóveis é confirmada pelo artigo 80.º/1 Código de Notariado e estão sujeitas a registo nos termos do artigo 2.º/1-a Código de Registo Predial. -----

-----O parecer do Gabinete Jurídico é no sentido da inviabilidade ao pedido do requerente, pois através da doação, o Município iria diminuir o seu património, sem obtenção de qualquer contrapartida e abrir precedente sobre a gestão do património da autarquia. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que existe uma informação que os serviços da Câmara devem averiguar. O terreno que é referido faz parte de um terreno com cerca de 19 hectares, que pertence à Câmara e segundo informação do Senhor Eng.º António Caetano, o requerente que foi arrendatário deste terreno, continua a depositar a renda numa conta do anterior proprietário. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que mais uma vez é o atual executivo que tem de resolver as situações que se vêm arrastando de anteriores executivos. O Senhor Eng.º Caetano já foi Presidente desta autarquia e deveria ter legalizado a situação na devida altura. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que o que está aqui em causa é aferir, se esse terreno é ou não da autarquia e em que qualidade o requerente o explora. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que o Senhor em causa está a aproveitar-se de um terreno que lhe foi cedido no passado. Propõe que esta informação siga para análise do Gabinete Jurídico, porque tem que ser movida uma ação de despejo ao usufrutuário. Conforme foi referido pelo Senhor Vereador Victor Santos, o Senhor deposita uma renda na conta de alguém e isso terá que ser esclarecido pelo Gabinete Jurídico. -----

-----**Nos termos da informação técnica a Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido do requerente.** -----

-----**De acordo com o referido pelo Senhor Vereador Victor Santos, a Câmara deliberou, que o Gabinete Jurídico averigue o exposto e proceda em conformidade.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**3 - DANIELA ROMANO**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE AJUDA PARA ESPETÁCULO DE BENEFICÊNCIA**-----

-----Foi presente documento com o registo interno n.º 1640, datado de 14/02/2012, referindo que está a ser organizado um espetáculo de beneficência que se realizará no dia 1 de Abril, convidando o Senhor Presidente da Câmara para estar presente, com o intuito de ajudar um menino deficiente residente em Galisteu – Celorico da Beira. Solicita a cedência gratuita do espaço do Mercado Municipal, bem como de algumas cadeiras e ainda, a permissão para a venda de comes e bebes revertendo esse dinheiro em benefício do menino. Refere ainda, que irão colaborar neste espetáculo vários artistas portugueses, pelo que solicita a isenção da taxa da SPA (direitos de autor).-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que concorda que a autarquia preste apoio ao espetáculo de beneficência, mas considera que o Gabinete de Ação Social deveria fazer um acompanhamento deste evento.

Referiu que, não sendo da competência desta Câmara Municipal isentar o espetáculo das taxas de direitos de autor, a autarquia deveria juntar-se a esta iniciativa e suportar os custos desta taxa. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** referiu que os respetivos serviços camarários deverão contactar a responsável pelo espetáculo para tratar dos assuntos inerentes ao evento. Também deverão ser requisitados os serviços das forças de segurança da GNR. -----

-----Disse que o Centro Cultural, o Património e o Gabinete de Ação Social, deverão fazer o acompanhamento do evento. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que, para além do que já foi proposto pelos Senhores Vereadores também a responsável pelo espetáculo deveria solicitar a ajuda dos Bombeiros Voluntários do Concelho. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ceder o espaço do Mercado Municipal e o equipamento solicitado, para a realização do espetáculo de beneficência, no dia 1 de Abril de 2012.** -----

-----*A presente informação foi aprovada em minuta.* -----

-----**4 - JSD - JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRÁTICA**-----

-----**ASSUNTO: POSIÇÃO DA JSD SOBRE A REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL: CONTRIBUTOS**-----

-----Para conhecimento, foi presente uma moção da JSD, sobre o Documento Verde da Reforma da Administração Local e a posição tomada no 1.º Congresso dos Jovens Autarcas. -----

-----Ausentou-se da reunião o Senhor Vereador Vítor Santos.-----

-----**5 - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO**-----

-----**SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: DESTAQUE DE UMA PARCELA DE TERRENO EM LAGEOSA DO MONDEGO**-----

-----Foi presente requerimento interno n.º 665, datado de 15/12/2011, em nome de António Carlos Silva Costa, pretendendo uma certidão do prédio rústico inscrito na matriz sob o n.º 768, sito no Lugar das Cebolas, Quinta dos Cordões, freguesia da Lageosa do Mondego.-----

-----Assim sendo e segundo a informação técnica, em conformidade com a legislação em vigor, nomeadamente no n.º 5, do art.º 6.º, do DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo D.L. n.º 26/2010, de 30 de Março e o ponto 2 do art.º 17.º, do Capítulo III, do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, a parcela de terreno a destacar cumpre a seguinte condição:-----

-----1. A parcela a destacar contempla a área de 12287.50m² e a área sobrance é de 26541.50m²;-----

-----2. A parcela a destacar encontra-se em espaço rural e cumpre com os requisitos descritos no art.º 44 do PDM;-----

-----3. A parcela a destacar encontra-se inserida na área de PNSE, pelo que procedeu-se à consulta da referida entidade, tendo a mesma emitido parecer favorável, dado que a parcela se destina à construção de uma habitação unifamiliar; -----

-----4. A parcela de terreno a destacar cumpre cumulativamente as seguintes condições:-----

-----a) Que na parcela destacada só seja construído edifício que se destine exclusivamente a fins habitacionais e que não tenha mais de dois fogos; -----

-----b) Que a parcela restante respeite a área mínima fixada no projeto de intervenção em espaço rural em vigor ou, quando aquele não exista, a área de unidade de cultura fixada nos termos da lei geral para a região respetiva.-----

-----A contagem do ónus do não fracionamento de outra parcela, do mesmo prédio, decorre no prazo de 10 anos e inicia-se a sua contagem após o registo predial sobre as parcelas resultantes do destaque, sem o que não pode ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas, de acordo com o ponto 7, do art.º 6.º, do D.L. n.º 555/99 de 16 de Dezembro com as alterações introduzidas pelo D.L. n.º 26/2010 de 30 de Março. -----

-----**Após análise do parecer dos Serviços Técnicos, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão do requerente, autorizando o destaque de uma parcela de terreno, com a área de 12287.50m².**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**6 - GABINETE DE AGRICULTURA**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE APOIO TÉCNICO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ALTERAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA COZINHA TRADICIONAL (ENCHIDOS E PÃO CASEIRO)**-----

-----Foi presente informação técnica do Gabinete em referência, datada de 12/03/2012, referindo que é uma atribuição municipal, a promoção do desenvolvimento local e que se encontra previsto na alínea n), do n.º 1, do artigo 13.º e artigo 28.º, da Lei 159/99 de 14 de Setembro, diploma que estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais. O referido diploma prevê o exercício de competências pela Câmara Municipal ao nível do desenvolvimento local, através da participação em programas de apoio à captação e fixação de empresas, da colaboração no apoio a iniciativas locais de emprego, da promoção do turismo local e do desenvolvimento das atividades de formação profissional.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar este ponto da Ordem de Trabalhos, para ser analisado pelos serviços técnicos da autarquia. -----

-----7 - GABINETE JURÍDICO -----

-----ASSUNTO: PROPOSTA DE DOIS PROTOCOLOS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CELORICO DA BEIRA -----

-----Foi presente informação com o registo interno n.º 742, datada de 29/02/2012, apresentando proposta de celebração de dois protocolos de colaboração entre o Município de Celorico da Beira e o Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira, que se anexam à presente ata (**anexo I**). -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta dos protocolos a celebrar entre o Município de Celorico da Beira e o Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----8 - DESPERTAR DO SILÊNCIO - ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DA GUARDA -----

-----ASSUNTO: PEDIDO DE SUBSÍDIO -----

-----Foi presente ofício n.º 8, datado de 13/02/2012, da Associação de Surdos da Guarda, referindo que por ocasião da comemoração do 12º aniversário da Associação, serão organizados um conjunto de atividades que ajude no convívio e enriquecimento cultural da comunidade surda e ouvinte, sendo alguns desses associados, residentes neste concelho de Celorico da Beira. Para minimizar os custos decorrentes dessas iniciativas a Associação vem solicitar a atribuição de um subsídio. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no montante de 50€ à Associação de Surdos da Guarda. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 12h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----